

## **Pentecostalismo na arena pública – Reflexões sobre o pastor assembleiano no espaço público**

### **Pentecostalism in the public arena – Reflections on the Assembly of God pastor in the public space**

*Jonas José de Oliveira Maria<sup>1</sup>*

#### **RESUMO**

Este artigo traz uma análise a respeito da relação das Assembleias de Deus brasileiras na arena pública com a hipótese de que a denominação atua de forma efetiva no espaço público, mesmo que ainda careça de maior qualificação política e teológica. O artigo mostra como o conceito da chamada “Teologia Pública” se desenvolveu no ambiente acadêmico e de que forma o pentecostalismo chegou no Brasil nos idos de 1910, buscando evidenciar relações entre os pentecostais brasileiros e sua atuação na arena pública. Com seu vasto crescimento quantitativo, a denominação firmou-se no país como maior representante do movimento pentecostal desde seu surgimento nos primeiros anos do século 20. Neste sentido, se busca compreender o papel público das Assembleias de Deus no Brasil, mais especificamente através de sua liderança pastoral. O pastor assembleiano pode ter uma possível ação atuante na arena pública, com relevantes serviços em um comprometimento com as causas sociais.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Assembleias de Deus; Espaço Público; Teologia Pública; Pastor Pentecostal.

#### **ABSTRACT**

This article presents an analysis of the relationship of the Brazilian Assemblies of God in the public arena based on the hypothesis that the denomination acts effectively in the public space, even though it still lacks greater political and theological qualification. The article shows how the concept of the so-called “Public Theology” developed in the academic environment and how Pentecostalism arrived in Brazil in the 1910s, seeking to highlight relationships between Brazilian Pentecostals and their action in the public arena. With its vast quantitative growth, the denomination established itself in the country as the largest representative of the Pentecostal movement since its emergence in the early years of the 20th century. In this sense, the article seeks to understand the public role of the Assemblies of God in Brazil, more specif-

---

<sup>1</sup> Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: [pastorjonasjose@hotmail.com](mailto:pastorjonasjose@hotmail.com)

ically through its pastoral leadership. The Assemblies of God pastor can have a possible active role in the public arena, with relevant services and a commitment to social causes.

## KEYWORDS

Assemblies of God; Public Space; Public Theology; Pentecostal Pastor.

## Introdução

Nas últimas décadas os termos “Teologia Pública” e “Espaço Público” vêm ganhando destaque entre os pesquisadores, teólogos e escritores na área de teologia e ciência da religião. Mas o que é o espaço público hoje, ou ainda, o que seria uma teologia pública que busca contribuir a partir da tradição cristã no combate às mazelas do sofrimento das pessoas pobres no Brasil? De acordo com Rudolf von Sinner e Jefferson Zeferino, “é possível falar sobre a teologia pública como um campo de estudos que avalia a presença das religiões no espaço público, mas que também se preocupa com a tematização teológica de questões de importância pública”<sup>2</sup>. Sob a perspectiva cristã, os autores afirmam que “uma teologia pública analisa e orienta a presença pública das igrejas, comunicando-se, para tanto, com diferentes tradições religiosas”<sup>3</sup>. Em outras palavras, segundo Sinner e Zeferino, “pode-se pensar em uma teologia pública que se ocupe em dar às comunidades de fé orientações para que elas se situem e atuem diante das questões públicas”<sup>4</sup>.

Rudolf von Sinner lembra ainda que o termo “teologia pública” foi utilizado pela primeira vez por Martin E. Marty (1974)<sup>5</sup> quando chamou Reinhold Niebuhr e outros de representantes do que poderia ser chamado de “teologia pública” da parte das igrejas.<sup>6</sup> Depois de Marty outros pesquisadores se debruçaram sobre o tema, a exemplo de David Tracy (2006) que aprofundou o assunto, e no Brasil, o próprio Rudolf von Sinner, que foi um dos fundadores da Global Network for Public Theology (Rede Global de Teologia Pública)<sup>7</sup>, fundada nos EUA em 2007 junto com seu órgão de divulgação, o Journal of Public Theology<sup>8</sup>. No Brasil, Sinner também idealizou o Grupo de Pesquisa Teologia Pública em contexto latino-americano, com a realização de congressos, publicação de artigos e um site contendo material denso sobre Teologia Pública.<sup>9</sup>

Nesta perspectiva, este artigo pretende, em específico, refletir sobre o papel de um típico pastor das Assembleias de Deus do Brasil em sua atuação na arena pública. Em outras palavras, as ações pastorais além do ambiente do culto, ou que tratam da realidade em sociedade

<sup>2</sup> SINNER, Rudolf von; ZEFERINO, Jefferson. *Teologia pública: História, fundamentos e perspectivas*. Curitiba: Intersaberes, 2024, p. 28.

<sup>3</sup> SINNER, Zeferino, 2024, p. 28-29.

<sup>4</sup> SINNER, Zeferino, 2024, p. 31.

<sup>5</sup> SINNER, Rudolf von. *The Churches and Democracy in Brazil. Towards a Public Theology Focused on Citizenship*. Eugene, Oregon: Wipf & Stock, 2012, p. 319. Aproveito para agradecer ao Dr. Rudolf von Sinner, meu orientador no doutorado em Teologia, que deu ricas sugestões para o aprimoramento deste texto.

<sup>6</sup> MARTY, Martin E. Reinhold Niebuhr: Public Theology and the American Experience. *The Journal of Religion*, The University Chicago Press, vol. 54, n. 4, p. 332-359, out. 1974. p. 333.

<sup>7</sup> Ver: <https://gnpublictheology.net/>. Acesso em: 01.11.2024.

<sup>8</sup> Ver: <https://brill.com/view/journals/ijpt/ijpt-overview.xml>. Acesso em: 01.11.2024. Desde outubro de 2023, von Sinner é editor-chefe do referido periódico.

<sup>9</sup> Ver: <https://teologiapublica.net/>. Acesso: 01.11.2024.

mesmo dentro do culto. Como uma entidade religiosa, as ADs têm sua natureza jurídica elencada no terceiro setor, já que as organizações religiosas atuam em um seguimento que não possui finalidade lucrativa.<sup>10</sup> Essa atuação implica, por um lado, que as comunidades têm por natureza uma contribuição pública a fazer quanto ao bem comum e ao bem-estar de todas as pessoas, e significa que os religiosos podem ter ampla atuação no espaço público, desde que seja como contribuição e não como imposição.<sup>11</sup> No âmbito social, por exemplo, as Assembleias de Deus, assim como outras denominações pentecostais, atuam nas mais diversas frentes de trabalho. Isael de Araújo ressalta que “Igrejas pentecostais atuam em diversas formas de ação social, da tradicional caridade, passando pela filantropia, e chegando às práticas e discursos das chamadas organizações não governamentais (ONGs)”.<sup>12</sup> O pesquisador pontua que as ADs praticam ação social desde sua fundação, em diversas atividades filantrópicas: “A igreja-mãe em Belém (PA), já nos seus primeiros anos mostrou preocupação com beneficência ao ter criado nas gestões de Samuel Nystrom (1924-1930) e Nels Nelson (1930-1950) as Caixa de Beneficência, Caixa Mortuária e Caixa das Viúvas”<sup>13</sup>.

## 1. O pentecostalismo no Brasil

Para se compreender o pentecostalismo no Brasil, faz-se necessário um olhar mais profundo sobre a chegada do protestantismo no país, que remonta o século 16. Desde o seu descobrimento, em 1500, o Brasil esteve sob ocupação de Portugal. Portugal que no seu apogeu de um período de descobertas e navegações era um país integrado com a Igreja Católica, especialmente com o padroado, onde “a Igreja de Roma concedia a um governante civil certo grau de controle sobre uma igreja nacional em apreciação por seu zelo cristão e como incentivo para futuras ações em favor da igreja”.<sup>14</sup> Igreja Católica e império de Portugal, portanto, disseminaram o ensino religioso em terras brasileiras. Matos relata como o Brasil foi assistido no campo religioso pelos católicos:

A descoberta e colonização do Brasil foi um empreendimento conjunto do Estado português e da Igreja Católica, no qual a coroa desempenhou o papel predominante. O estado forneceu os navios, custeou as despesas, construiu as igrejas e pagou o clero, mas também teve o direito de nomear os bispos, recolher os dízimos, aprovar documentos e interferir em todas as áreas da vida da igreja.<sup>15</sup>

<sup>10</sup> PICCININI, Tais Amorim de Andrade, 24.02.2017: *A natureza jurídica das entidades religiosas*. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/254649/a-natureza-juridica-das-entidades-religiosas>. Acesso em: 01.11.2021.

<sup>11</sup> NASCIMENTO, Valmir. *Entre a fé e a política: Participação dos evangélicos no processo político-eleitoral: Reflexões sobre legitimidade, abuso de poder e ética cristã na esfera pública*. Rio de Janeiro, CPAD, 2018, p. 121. Confira: Sinner, 2012; 2018.

<sup>12</sup> ARAUJO, Isael. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2015, p. 1.

<sup>13</sup> ARAUJO, 2015, p. 1. Vale ressaltar que estas ações filantrópicas iniciais eram mais voltadas para a membresia da igreja e não para pessoas externas a ela. Obviamente que no Brasil há milhares de entidades filantrópicas de cunho católico e espírita, entre outros.

<sup>14</sup> MATOS, Alderi Souza de. Breve história do Protestantismo no Brasil. *Revista de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas da Fama, Goiânia (GO)*, vo. 3, n. 1, p. 1-26, 2011. p. 1.

<sup>15</sup> MATOS, 2011, p. 2.

A Sociedade de Jesus, os jesuítas, se destacaram na catequese da população especialmente indígena durante 210 anos (1549-1759), até o Marques de Pombal proibir sua presença em território sob domínio português. Outras ordens, como franciscanos, beneditinos e capuchinos, também desenvolveram atividades de evangelização e educação no Brasil, com relativa liberdade em relação à tutela do Estado sobre a Igreja Católica no país. O primeiro culto protestante em terras brasileiras foi realizado em 10 de março de 1557, após a expedição que chegou na baía de Guanabara comandada por Nicolas Durand de Villegaignon.<sup>16</sup> O primeiro culto contou com a presença dos pastores protestantes oriundos da França, Pierre Richier e Guillaume Chartier.<sup>17</sup> “No dia 21 de março de 1557, 11 dias depois do primeiro culto protestante no Brasil, aqueles crentes liderados pelos pastores Richier e Chartier celebrariam ainda a primeira Ceia do Senhor”.<sup>18</sup>

A *Confissão de Fé de Guanabara*, redigida em 1558 por cinco franceses calvinistas também marcaria a história do protestantismo no Brasil.<sup>19</sup> A também chamada *Confissão Fluminense* surgiu por embates entre Villegaignon e os protestantes acerca de questões doutrinárias ligadas à Santa Ceia.<sup>20</sup> Aliado a isso, no campo religioso, registra-se o papel central de João Maurício de Nassau-Siegen, holandês que governou o Brasil por sete anos (1637-1644). Conhecido como Maurício de Nassau, ele “concedeu uma boa medida de liberdade religiosa aos habitantes católicos e judeus do Brasil holandês”.<sup>21</sup>

Apesar de faíscas de liberdade religiosa em terras brasileiras, somente com a Constituição Imperial de 1824 ficou lícita a entrada de “acatólicos” no país, salvo alguns privilégios anteriores das comunidades anglicanas em função da proteção dada pela Inglaterra à travessia da família real portuguesa em 1807-8 às terras brasileiras, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte. “A Constituição Imperial, promulgada em 1824, concedeu-lhe certa liberdade de culto, ao mesmo tempo em que confirmou o catolicismo como religião oficial”<sup>22</sup>. Em 1890, o decreto 119-A do governo republicano aboliu o padroado e consagrou a separação entre a Igreja e o Estado, assegurando aos protestantes pleno reconhecimento e proteção legal”. Todo este processo de liberdade dada às igrejas evangélicas no Brasil já estava em franco desenvolvimento no início do século 20, período que marcou o início do pentecostalismo no Brasil.

Rudolf von Sinner, em sua obra *Teologia Pública num Estado Laico*, afirma sobre a chegada dos primeiros protestantes em terras brasileiras:

<sup>16</sup> MATOS, 2011, p. 4.

<sup>17</sup> *Jornal Mensageiro da Paz*. Rio de Janeiro: CPAD. Edição Especial 500 anos da Reforma Protestante. Ano 87, número 1589, out. de 2017, p. 12.

<sup>18</sup> *Jornal Mensageiro da Paz*. Rio de Janeiro: CPAD. Edição Especial 500 anos da Reforma Protestante. Ano 87, número 1589, out. de 2017, p. 12.

<sup>19</sup> O mesmo Villegaignon que trouxera os protestantes, depois teve divergências com eles e interrogou cinco protestantes franceses, cujos nomes são: Jean de Bourdel, Matthieu Verneuil, Pierre Bourdon, André Lafon e Jacques le Balleur. Matos relata que “três deles foram executados por causa de suas convicções. André Lafon, o único alfaiate da colônia, teve a vida poupada. Le Balleur fugiu para São Vicente, ficou encarcerado por vários anos em Salvador, e finalmente foi levado para o Rio de Janeiro em 1567, sendo enforcado quando os últimos franceses foram expulsos pelos portugueses” (Matos, 2011, p. 4-5).

<sup>20</sup> SINNER, Rudolf von. *Teologia pública num estado laico – ensaios e análises*. Coleção Teologia Pública, volume 7. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2018, p. 214. A discussão girou em torno da transubstanciação, e que foi rejeitada na Confissão pelos protestantes franceses, como Villegaignon previa e esperava. Pediu explicitamente para comentarem a respeito da confissão.

<sup>21</sup> MATOS, 2011, p. 5.

<sup>22</sup> MATOS, 2011, p. 6. O artigo 5º da Constituição Imperial dizia o seguinte: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”.

Inicialmente, o cristianismo protestante veio para o Brasil e a América mediante a imigração da Europa, especialmente de regiões de língua alemã: do Hunsrück, da Pomerânia, da Renânia e Vestfália, mas também da Suíça, Áustria e Prússia Oriental. O Império brasileiro, independente de Portugal a partir de 1822, permitiu e até fomentou essa imigração para colonizar e proteger os territórios do sul, cedido pouco tempo antes pela América espanhola. A Constituição de 1824 manteve o *status* de igreja estatal para a Igreja Católica Romana, mas permitiu o culto não católico, contanto que ocorresse em casas particulares ou em prédios que não tivessem a aparência de templos [...] Só com a proclamação da República em 1889 e a subsequente abolição da igreja estatal e do sistema de padroado se produziu a liberdade religiosa em sentido pleno e o Estado foi secularizado – isso tudo, porém, ainda 30 anos antes da pátria dos imigrantes alemães.<sup>23</sup>

Robert Crane, capelão anglicano, inaugurara em 26 de maio de 1822 a primeira capela anglicana, no Rio de Janeiro. O luteranismo veio ao Brasil da Alemanha e teve como primeiro pastor Friedrich Oswald Sauerbronn, que foi a Novo Friburgo (RJ), acompanhado por 324 imigrantes, em maio de 1824.<sup>24</sup> Pouco depois, outra colônia de evangélicos alemães foi fundada em São Leopoldo (RS). Ambas as tradições atuaram principalmente entre imigrantes. Como primeira denominação em atividades missionárias no país destaca-se a Igreja Metodista Episcopal (1835-1841). Pastor presbiteriano, o teólogo estadunidense James Cooley Fletcher chegou em 1851.

Já em 1855, o casal de missionários escoceses Robert Reid Kalley e Sarah Poulton Kalley fundaram a primeira escola dominical, em 19 de agosto do mesmo ano, na cidade de Petrópolis (RJ). Eles foram os fundadores da Igreja Evangélica Fluminense, de cunho congregacional na tradição calvinista. “Os missionários pioneiros da Igreja Presbiteriana foram Ashbel Green Simonton (1859), Alexander Latimer Blackford (1860) e Francis Joseph Christopher Schneider (1861)”.<sup>25</sup> Em 1871 a primeira Igreja Batista foi fundada, em Santa Bárbara d’Oeste (SP), sendo que o primeiro missionário batista foi Thomas Jefferson Bowen (1859-1861). A igreja funcionava exclusivamente em língua inglesa.<sup>26</sup> Depois, em 1881, a Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos enviou os missionários William Buck Bagby e Anne Ellen Luther, considerados os fundadores das missões batistas em solo brasileiro. Juntos com Antônio Teixeira de Albuquerque, ex-padre, primeiro membro e pastor batista brasileiro, fundaram, em 1882, a Primeira Igreja Batista Brasileira, em Salvador (BA).<sup>27</sup>

Com o passar dos anos o protestantismo firmou suas raízes em solo brasileiro e expandiu-se em todo território nacional, especialmente de 1940 até os dias atuais, resultado do crescimento populacional, conforme relata Bitun:

O crescimento do protestantismo no Brasil, em relação ao crescimento populacional, ainda que lento nos primeiros anos de sua chegada, tem experimentado um rápido aceleração a partir da década de 1940. De 1940 a 1950, a população cresceu 26% enquanto os protestantes cresceram 62%; de 1950 a 1960, a população cresceu 35% e os protestantes mantiveram a

<sup>23</sup> SINNER, 2018, p. 31-32.

<sup>24</sup> SINNER, 2012, p. 201.

<sup>25</sup> MATOS, 2011, p. 11.

<sup>26</sup> Matos afirma que “Os primeiros missionários da Igreja Batista, Thomas Jefferson Bowen e sua esposa (1859-1861), não foram bem-sucedidos” (2011, p. 12).

<sup>27</sup> MATOS, 2011, p. 12.

faixa de 62%; de 1960 a 1970, a população cresceu 33% enquanto os protestantes subiram para 70%; de 1970 a 1990, a população cresceu 21%, enquanto os protestantes chegaram a 116% de crescimento.<sup>28</sup>

A pesquisa de Bitun esclarece o fato de o Brasil ser uma nação protestantizada e que, ao longo dos anos, excedeu em muito o crescimento populacional brasileiro. Entretanto, há que se olhar para as pesquisas feitas pelo Instituto Datafolha de 2019, que apontou que 50% da população brasileira indicam serem católicos, enquanto 31% se afirmam como evangélicos, o que significa que mais de 65 milhões de brasileiros se auto denominam “evangélicos”. Destes evangélicos, a pesquisa mostrou que 58% são mulheres e 42% são homens<sup>29</sup>. No Censo do IBGE de 2010, os pentecostais já somavam mais de 25 milhões de brasileiros. Destes, 12 milhões eram membros das Assembleias de Deus. A Congregação Cristã no Brasil apareceu com 2,3 milhões de membros e a Igreja Universal do Reino de Deus, com 1,8 milhões a mesma quantidade da Igreja do Evangelho Quadrangular. Outras igrejas pentecostais que apareceram na pesquisa foram: Deus é Amor (845 mil); O Brasil para Cristo (196 mil); Comunidade Evangélica (180 mil membros); Casa da Bênção (125 mil). Os evangélicos de modo geral somaram 42 milhões de pessoas em 2010, conforme dados do censo do IBGE, e subiram para 65 milhões em 2019 de acordo com a pesquisa do Instituto Datafolha.<sup>30</sup>

Como já foi dito acima, o pentecostalismo chegou ao Brasil em 1910. Naquela época, conforme o pesquisador Gedeon Freire de Alencar, “o Brasil tinha 23.414.177 milhões de habitantes, a maioria na zona rural. A República tinha apenas 21 anos, sua capital era no Rio de Janeiro e havia no país, como no mundo em geral, um grande entusiasmo”.<sup>31</sup> Além disso, nesse tempo “o Brasil é o maior produtor mundial de borracha, no norte; e de café, no sudeste”.<sup>32</sup> O presidente da República era Hermes da Fonseca, e naquele período o Brasil borracheiro floresceu, especialmente em Belém, e vendeu muita borracha aos EUA para a produção de pneus de automóveis, o que ocorreu especialmente na região de Chicago – justamente por onde passariam os pioneiros das Assembleias de Deus, os suecos Vingren e Berg, antes de virem ao Brasil.

As Assembleias de Deus no Brasil são uma denominação fundada no dia 18 de junho de 1911, na cidade de Belém, estado do Pará<sup>33</sup>. Ela faz parte do pentecostalismo que se formou de modo extenso e abrangente no país no ano de 1910 por meio de Luigi Francescon, que veio no

<sup>28</sup> BITUN, Ricardo. *Os mochileiros da fé*. São Paulo: Editora Reflexão, 2011, p. 40. Obviamente que Bitun inclui todos os protestantes, inclusive os pentecostais.

<sup>29</sup> Ver em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 01.11.2024. A pesquisa também mostra outras questões como por exemplo a religião por cor da pele, escolaridade e renda de católicos e evangélicos no Brasil.

<sup>30</sup> Ver em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 01.11.2024.

<sup>31</sup> ALENCAR, Gedeon Freire de. *Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013, p. 98.

<sup>32</sup> ALENCAR, 2013, p. 98.

<sup>33</sup> No início, a igreja tinha o nome de “Missão da Fé Apostólica”, inspirado no movimento pentecostal da rua Azusa, em Los Angeles, EUA, com William Seymour. Somente sete anos depois da fundação no Brasil que os pioneiros decidiram mudar para “Assembleias de Deus”, o que também foi inspirado nas Assembleias de Deus nos Estados Unidos que receberam o nome em 1914 no chamado Primeiro Concílio Geral das Assembleias de Deus estadunidenses. Ver: Daniel, Silas. *História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004, p. 9-10.

mês de março,<sup>34</sup> fundando a Congregação Cristã no Brasil. Os fundadores das ADs<sup>35</sup>, os missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, desembarcaram em solo brasileiro no dia 19 de novembro do mesmo ano.<sup>36</sup> Berg estava com 26 anos e Vingren com 31 anos de idade na época. Sob seus pontos de inserção, Key Yuassa mostra um retrato de ambas as denominações pentecostais:

Enquanto Francescon veio da Itália, os outros, Gunnar Vingren e Daniel Berg vieram da Suécia. Francescon começou no Norte do Paraná e em zona industrial e operária de São Paulo, numa congregação Presbiteriana, enquanto os missionários suecos começaram em Belém do Pará, em plena boca do Amazonas, numa igreja Batista. A partir desses pontos de inserção, os dois movimentos cresceram com grande dinamismo pelo Brasil inteiro, e seus missionários têm desenvolvido trabalhos em diversos países da América do Sul e do mundo inteiro.<sup>37</sup>

O fato de ambos os fundadores iniciarem o trabalho missionário dentro de outras denominações se deu pelas próprias origens. Francescon tornou-se presbiteriano em 1891, e a dupla Gunnar e Vingren eram membros da igreja Batista, quando moravam na Suécia. As diferenças doutrinárias foram decisivas para a separação das antigas denominações, especialmente pelo fato de, segundo eles, terem recebido o batismo com Espírito Santo, doutrina rejeitada pelas denominações históricas Presbiteriana e Batista.<sup>38</sup>

## 2. O pentecostalismo na arena pública

Sobre uma teologia pública ou uma atuação do pentecostalismo em uma dimensão que vai além da vida interna da igreja, vale lembrar que Rudolf von Sinner enfatiza que a teologia pública se propõe a uma abordagem “crítica e construtiva, procurando disponibilizar, em uma sociedade democrática, cidadania para todos”.<sup>39</sup> O autor lembra ainda que, ao refletir sobre a teologia pública, os cristãos e as igrejas não procurem primordialmente obter vantagens para si mesmos, mas vejam sua missão como um testemunho de serviço (*diakonia*) para toda a sociedade”.<sup>40</sup> Rudolf von Sinner apresenta quatro possibilidades de reflexão sobre a teologia pública no contexto brasileiro. Primeiro, que a teologia cristã é teologia pública, no sentido de um olhar para Jesus, cujo ministério foi público, além do sofrimento e morte como um castigo público. Em segundo lugar, a teologia pública se identifica com uma comunidade religiosa, não obstante não se fechar a ela; terceiro, sob a centralidade de Jesus, a teologia pública pode responder à sociedade quem de fato Jesus é; em quarto e último lugar, “teologia pública mantém a

<sup>34</sup> YUASSA, Key. Pentecostalismo Brasileiro. In: Fluck, Marlon Ronaldo (org.). *História e Teologia do Cristianismo Brasileiro*. Curitiba (PR): Cia de Escritores, 2013, p. 182.

<sup>35</sup> A partir daqui se usará a sigla ADs quando se fizer referência às Assembleias de Deus no Brasil.

<sup>36</sup> YUASSA, 2013, p. 200.

<sup>37</sup> YUASSA, 2013, p. 185.

<sup>38</sup> Em sua biografia, Vingren conta de seu batismo em águas na igreja Batista na Suécia, e do batismo com Espírito Santo, morando em Chicago, EUA (Vingren, Ivar. *O diário do pioneiro Gunnar Vingren*. Rio de Janeiro: CPAD, 2000, p. 20, 25). Daniel Berg também compartilha de sua experiência (Berg, Daniel. *Enviado por Deus: Memórias de Daniel Berg*. 5ª ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1982, p. 25-27).

<sup>39</sup> SINNER, 2011, p. 20.

<sup>40</sup> SINNER, 2011, p. 28.

sensibilidade da teologia para problemas ligados ao bem comum e para os quais são possíveis contribuições a partir da fé cristã”.<sup>41</sup>

Em outro momento, Sinner consegue sintetizar a teologia pública no contexto eclesial ao discorrer sobre os cinco aspectos que marcam o *ethos* da igreja:

... a mensagem evangélica não se restringe ao público interno, nem apenas ao culto religioso (*leitourgia* ou *latria*), mas engloba a ação no mundo pelo testemunho de vida (*martyria*), pelo serviço às pessoas mais necessitadas (*diaconia*), pela proclamação do reino de Deus vindouro, que deve nortear nossa ação (*kerigma*), pela criação e sustentação de comunidade (*koinonia*).<sup>42</sup>

Os pontos esboçados por Sinner, os quais abrangem os tradicionais sinais da igreja, demonstram claramente o papel público da igreja em todos os níveis de atuação seja no culto, no testemunho, no serviço, na pregação e na comunhão. Afinal, a liturgia assembleiana não é fechada em si mesma. Já com os fundadores e durante a história da igreja no Brasil, a distribuição de folhetos evangelísticos, os cultos nas casas, nas praças e nas feiras livres, sempre foram marcas das ADs. O testemunho de vida do assembleiano começa com a confissão feita no momento do batismo em águas, quando o candidato é questionado pelo pastor que irá batizá-lo: “Você crê no Senhor Jesus como o teu salvador pessoal?”; “Você promete servi-lo e segui-lo em todos os dias de sua vida?”. Ao obter a resposta positiva do candidato, o pastor diz: “Segundo a tua fé e o teu testemunho público, eu te batizo em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo”. O testemunho, portanto, é público, diante de Deus e da igreja que participa da cerimônia batismal, mas ainda assim diante da igreja e não da sociedade.<sup>43</sup>

Apesar da atuação dos pentecostais no espaço público, seja no espaço político, ou no engajamento filantrópico, também há crítica sobre o lento comprometimento do movimento além do templo. O tardio engajamento pode ter sido resultado da negação da realidade. É o que diz César Moisés Carvalho em seu livro “Pentecostalismo e pós-modernidade”, lançado pela CPAD em 2017. Para o autor, “talvez a negação da realidade, de forma acrítica e ingênua, tenha sido o aspecto que trouxe mais prejuízos à igreja desse tempo”.<sup>44</sup> Carvalho completa seu pensamento:

Ao omitir-se (e, em alguns casos privar outros) do exercício de leitura da realidade, não houve nenhuma preocupação em se conhecer os desafios dos novos tempos. Consequentemente, a igreja não se preparou para enfrentar as mudanças que, geridas, nascidas e implementadas na Europa, chegaram aos Estados Unidos e, de lá para cá, não tanto pela proximidade geográfica, e sim pela subserviência tupiniquim, cada vez mais se verifica o quanto somos influenciáveis e volúveis. O fato é que cada época precisa ser vivida, e enfrentada, com disposição pelos diferentes atores e grupos sociais, sem que estes se auto vitimem, pois o existir implica em viver tudo o que é possível – e passível – de ser experimentado, tanto em forma de alegria quanto de tristeza.<sup>45</sup>

Nas palavras de César Carvalho, o que os pentecostais e, mais precisamente os assembleianos precisam é contextualizarem-se e reconhecerem que épocas mudam e que, em novos tempos, há novos desafios a serem enfrentados.

<sup>41</sup> SINNER, 2011, p. 34.

<sup>42</sup> SINNER, 2018, p. 15.

<sup>43</sup> Não existe uma regra para todos os pastores assembleianos do Brasil no momento do batismo. No entanto, a grande maioria tem seguido esse padrão de perguntas e de afirmações diante do candidato.

<sup>44</sup> CARVALHO, César Moisés. *Pentecostalismo e pós-modernidade*. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 283.

<sup>45</sup> CARVALHO, 2017, p. 283.

Outro autor que também trata sobre o pentecostalismo no espaço público é Osiel Lourenço de Carvalho. Ele destoa de diversos autores que criticam o posicionamento da Assembleia de Deus, chamando-a de uma denominação escapista e de omissão diante da realidade e por sua ênfase na questão escatológica. Lourenço analisou o milenarismo em um livro de sua autoria, sob o título “Pentecostalismo na esfera pública”. Ele afirma que “As crenças escatológicas não falam apenas do fim *do* mundo, mas do fim *de um tipo de* mundo”.<sup>46</sup> Lourenço explica que “Enquanto fala mítica e profética o discurso milenarista não está relacionado com a *fuga do mundo*, mas vaticina o aniquilamento de *um tipo de mundo* e o renascimento de outro”. Ele completa: “Sendo assim, o milenarismo é também um posicionamento político, neste caso, de protesto e descontentamento; uma inquietude escatológica”.<sup>47</sup>

O milenarismo não é um assunto exclusivo dos assembleianos brasileiros. Desde a Patrística, com Irineu, Tertuliano e Hipólito, para citar alguns, até o período medieval com Agostinho; “os principais teólogos protestantes como Lutero, Melâncton, Andreas Osiander, Pierre Viret, William Perkins e Calvino falaram a respeito de um iminente fim do mundo”.<sup>48</sup> Os embates doutrinários entre os pré-milenistas que acreditam que os mil anos precedem a vinda de Cristo, e os pós-milenistas, que “o Reino de Deus é estabelecido de maneira gradual na sociedade e é fruto do esforço humano e de práticas sociais voltadas para a correção de injustiças”<sup>49</sup>, também remonta desde os séculos passados. Sob um olhar do passado das ADs, Lourenço defende a visão assembleiana sobre seu engajamento na esfera pública, seja no contexto ecológico ou em outros cenários:

Quase sempre se diz que os pentecostais se afastavam das questões político-sociais em razão de suas crenças escatológicas e milenaristas. Gostaríamos de pensar de maneira inversa: eles eram excluídos das questões político-sociais e por isso tinham uma mentalidade escatológica e milenarista.<sup>50</sup>

Em um artigo escrito em 2004, o pastor Wagner Gaby explicou que, entre os cristãos evangélicos, há três escolas doutrinárias sobre o Milênio. A primeira é a amilenista, que afirma que a Bíblia não faz distinção cronológica entre a vinda de Jesus e o arrebatamento da igreja e que haverá apenas uma ressurreição e que o reino milenar não é literal. A segunda escola, chamada de pós-milenista, ensina que a vinda de Jesus ocorrerá após o milênio que já está misturado com a presente era. Já a escola pré-milenista se divide em dois grupos. Os pré-milenistas históricos que acreditam que o milênio é tanto presente quanto futuro, e os pré-milenistas dispensacionistas que afirmam que o milênio será literal, após o período de sete anos da Grande Tribulação, e que a Igreja não passará por esse período. Gaby afirma que a posição pré-milenista dispensacionista é a posição oficial das Assembleias de Deus.<sup>51</sup>

<sup>46</sup> CARVALHO, Osiel Lourenço de. *Pentecostalismo na Esfera Pública: uma análise a partir do jornal Mensageiro da Paz*. Joinville (SC): Editora Santorini, 2018, p. 24.

<sup>47</sup> LOURENÇO, 2018, p. 25.

<sup>48</sup> LOURENÇO, 2018, p. 30.

<sup>49</sup> LOURENÇO, 2018, p. 27.

<sup>50</sup> LOURENÇO, 2018, p. 27, grifo no original.

<sup>51</sup> GABY, Wagner Tadeu dos Santos. Concepção escatológica dos cristãos. *Mensageiro da Paz: Os artigos que marcaram a história e a teologia do Movimento Pentecostal no Brasil* (Volume 1, 2 e 3). Rio de Janeiro: CPAD, 2004, p. 247-249.

### 3. O pastor assembleiano no espaço público

Como já dito acima, neste artigo, as ADs brasileiras estão atuando no espaço público, seja no contexto político, seja no assistencialismo ou até mesmo nas questões ambientais, mesmo que neste último ponto ainda tenha uma atuação muito modesta. No entanto, faz-se necessário refletir, no último ponto deste artigo, a respeito da atuação do pastor assembleiano no espaço público. Sua atuação não se resume à direção de um culto ou a sua exposição bíblica, mais vai além, na efetiva atuação na arena pública, seja participando dos movimentos democráticos no âmbito político, seja o seu engajamento filantrópico na luta pela combate à desigualdade social tanto no seu papel profético de expor as injustiças sociais ou ainda na luta pelas causas sociais como a ajuda aos mais necessitados, e ainda em sua atuação nas questões ambientais, na busca por uma batalha pela melhoria do ecossistema.

Em 2015, os pastores norte-americanos Kevin J. Vanhoozer e Owen Strachan escreveram uma obra com o título *The pastor as public theologian: reclaiming a lost vision*. A obra foi publicada no Brasil um ano depois, com o título: “O pastor como teólogo público – recuperando a visão perdida”. Vanhoozer afirma que há três públicos que um pastor pode falar nos dias atuais e assumir sua postura pública: a academia, a igreja e a sociedade.<sup>52</sup> Esse pastor age no ambiente público, afinal, “pastores são teólogos públicos porque trabalham com o público de Deus e em favor dele, para o bem do público/povo em todos os lugares”.<sup>53</sup> Vanhoozer explica:

O significado comum de teologia pública é “teologia na praça pública e para ela”. O público específico em vista é a sociedade: a *polis* mais ampla. Portanto, a teologia pública é aquela que aborda preocupações comuns em um fórum aberto, em que nenhum credo ou confissão em particular ocupa posição de maior destaque. De modo específico, a teologia pública diz respeito às formas e aos meios pelos quais indivíduos cristãos (e igrejas) devem testemunhar de sua fé na praça pública (i.e., na sociedade em geral). [...] Antes de tudo, a teologia pública é uma reação contra a tendência de privatizar a fé restringindo-o à questão da salvação de cada um.<sup>54</sup>

Para o autor, o pastor precisa ter a consciência de seu ministério, que é público, também de sua mensagem, que é pública e voltada ao público. Nesse ponto, os credos e confissões não estão em disputa, mas a efetiva atuação pública do pastor, seja na igreja, na academia e na sociedade de modo geral, contextualizando o texto bíblico para que faça sentido para a pessoa aqui e agora. Em outro momento de sua obra, o autor fala sobre a ação pública dos pastores: “Os pastores são teólogos públicos porque trabalham para o bem do povo, com o povo e no povo – a assembleia reunida dos fiéis – e o conduzem a viver para Deus, dando testemunho como um pináculo público em praça pública”.<sup>55</sup>

Apesar dos referidos estudiosos escreverem a partir de uma perspectiva norte-americana, vale ressaltar que a camada pastoral no contexto brasileiro também precisa refletir sobre sua ação pública. O pastor, dentro das Assembleias de Deus no Brasil, sempre foi visto como uma

<sup>52</sup> VANHOOZER, Kevin J. Strachan, Owen. *O pastor como teólogo público – recuperando uma visão perdida*. São Paulo: Vida Nova, 2016, p. 20.

<sup>53</sup> VANHOOZER, Strachan, 2016, p. 20.

<sup>54</sup> VANHOOZER, Strachan, 2016, p. 38.

<sup>55</sup> VANHOOZER, Strachan, 2016, p. 236.

figura importante no cenário religioso e no crescimento da denominação. “O primeiro crente da Assembleia de Deus no Brasil separado para o ministério pastoral foi Absalão Piano. Sua ordenação, presidida pelo missionário Gunnar Vingren, deu-se em fevereiro de 1913 em Rio Preto, Tajapuru do Norte”.<sup>56</sup> Outros quatro primeiros a serem consagrados a pastores, foram: Isidoro Filho, Crispiano de Melo, Pedro Trajano e Adriano Nobre.<sup>57</sup> Até o presente momento deste artigo, 120 mil pastores compõem a CGADB, atualmente. Analisar a atuação pública desses líderes religiosos é elemento essencial para se compreender o contexto público da denominação e seus desdobramentos ao longo dos anos.

Através de seus periódicos oficiais, o jornal Mensageiro da Paz e as revistas Lições Bíblicas, as ADs brasileiras focam, por exemplo, na atuação política de seus líderes. “Devido ao seu crescimento numérico nas últimas décadas a comunidade evangélica tem sido considerada, a cada nova eleição, um ator social importante no processo político-eleitoral”.<sup>58</sup> Foi assim que se iniciou o artigo escrito por Valmir Milhomem no Mensageiro da Paz de agosto de 2016, com o tema “Princípios bíblicos para o exercício do voto”. Ele falou do engajamento do cristão no ambiente político que é um desafio especialmente para os pentecostais por seu histórico afastamento em questões públicas. Milhomem lembrou da dupla cidadania cristã, a celestial e a terrena, e que ambas devem estar alinhadas, afinal, “crentes não podem estar alienados da sociedade e das questões sociais, políticas e econômicas”.<sup>59</sup> O autor clarificou a ideia que de o engajamento político do cristão não significa a união da Igreja com o Estado pois ambas possuem papéis distintos. Além disso, Valmir afirmou que o maior instrumento para o exercício da cidadania é o voto e que o cristão deve votar de modo livre e consciente.<sup>60</sup>

Obviamente que a fala de Valmir Milhomem em 2016 destoou do pleito de 2018 quando a AD brasileira demonstrou, por meio de alguns de seus líderes, o apoio irrestrito a Jair Bolsonaro, com medidas drásticas até mesmo de proibir a Santa Ceia para membros que declarassem apoio contrário a Bolsonaro e a perda das credenciais ministeriais a pastores que apoiassem o candidato do Partido dos Trabalhadores. A opção para que os membros da igreja que votassem em Lula não tomassem a Santa Ceia não foi dada pela liderança da CGADB, mas, especificamente, pelo pastor assembleiano Rúben Oliveira Lima, líder das ADs em Botucatu (SP). Em vídeo divulgado na internet, ele diz que um crente que vota no PT não deveria tomar a Santa Ceia pois o partido e seu candidato apoiam agendas contrárias àquelas que a igreja evangélica defende.<sup>61</sup> Em seu artigo, Milhomem afirma que “É dever do cristão não negociar seu voto. Vender o voto é o mesmo que barganhar a consciência”.<sup>62</sup>

Além da atuação política dos pastores e membros das ADs, outra área em que há atuação dos assembleianos é a questão da assistência social ou a ajuda aos mais carentes. As Lições Bíblicas destacam as obras sociais através das revistas de Escola Dominical durante os quatro trimestres do ano. No terceiro trimestre de 2011, por exemplo, sob o título “A missão integral

<sup>56</sup> CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. 6.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 36.

<sup>57</sup> CONDE, 2008, p. 36.

<sup>58</sup> MILHOMEM, Valmir. Princípios bíblicos para o exercício do voto. *Jornal Mensageiro da Paz*, Rio de Janeiro, ano 86, n. 1576, set. 2016, p. 21.

<sup>59</sup> MILHOMEM, 2016, p. 21.

<sup>60</sup> MILHOMEM, 2016, p. 21.

<sup>61</sup> Ver em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/videos/?id=pastor-proibe-fiel-eleitor-de-lula-de-tomar-santa-ceia-04024D1A396AE0817326>. Acesso em: 01.11.2024.

<sup>62</sup> MILHOMEM, 2016, p. 21.

da igreja”, material escrito pelo pastor Wagner Tadeu dos Santos Gaby, o autor enfatizou a visão social da igreja sob a égide doutrinária. Para ele, a transformação que o Evangelho produz não fica apenas no interior da pessoa, mas reflete também na vida social. “No primeiro século da era cristã, a proclamação do Evangelho e da diaconia (serviço) da igreja eram inseparáveis (At 4.34,35; 6.1-7) [...] a Missão Integral é apenas uma nova expressão que abrange tudo o que a Igreja pode e deve fazer”.<sup>63</sup>

Gaby afirmou que “A igreja local, portanto, deve socorrer os necessitados, as viúvas e os desamparados. Suas obras sociais confirmar e legitimam a sua pregação”.<sup>64</sup> Das treze lições, o autor reservou uma para tratar estritamente sobre a filantropia, sob o título “A atuação social da igreja”. Gaby lembrou sobre a realidade da pobreza no mundo e do desnível social. Disse ainda sobre o problema da fome e que o cristão jamais deve ser insensível com esta realidade. Lembrou das questões sociais no Antigo Testamento e do tratamento que Deus ordenou que se desse aos menos favorecidos. Frisou ainda que no Novo Testamento o Senhor Jesus foi o maior exemplo de filantropia quando ensinou sobre generosidade e hospitalidade.<sup>65</sup>

### Considerações finais

Diante da reflexão sobre o pentecostalismo no espaço público e, mais diretamente, do pastor assembleiano em sua atuação pública, as considerações finais deste artigo giram em torno de uma proposta prática para os líderes das ADs em uma mudança de cosmovisão. A proposta para uma mudança de cosmovisão pode ter base nos ensinamentos do antropólogo Paul Hiebert. Ele define a cosmovisão como “aquilo que as pessoas, em uma comunidade, presumem como realidade certa, são os mapas que elas têm da realidade e que utilizam para viver”.<sup>66</sup> São pressupostos cognitivos, afetivos e avaliadores. O que os assembleianos pensam sobre temas ligados ao espaço público, o que sentem e como avaliam as ações fora do ambiente eclesial, são questões que precisam ser refletidas à luz da história da denominação que já tem mais de 110 anos de fundação. As três dimensões da cosmovisão assembleiana precisam passar pelos princípios do evangelho que a denominação vem pregando ao longo dos anos. Paul Hiebert dimensiona esse ponto no sentido de que são as experiências de um grupo social que resultam nas crenças, sentimentos e valores, que por sua vez resultam nas decisões ou nos comportamentos resultantes.<sup>67</sup>

De que forma as ADs podem fazer as correções de rumo em sua atuação no espaço público? Como gerar, no útero das idiosincrasias, um novo momento para os momentos novos da realidade pública brasileira? As correções começam, com a compreensão mental desse grupo social chamado “Assembleias de Deus”, sempre no plural, para se usar um termo de Gedeon Alencar, que busca definir sua natureza.<sup>68</sup> Se as ADs se propõem engajarem-se nas questões políticas, como têm feito especialmente após a década de 1980, espera-se uma atuação equilibrada,

<sup>63</sup> GABY, Wagner Tadeu dos Santos. A missão integral da igreja. *Lições Bíblicas*, Rio de Janeiro, 3 Trimestre, 2011, p. 19.

<sup>64</sup> GABY, 2011, p. 24.

<sup>65</sup> GABY, 2011, p. 46-50.

<sup>66</sup> HIEBERT, Paul G. *Transformando Cosmovisões: Uma análise antropológica de como as pessoas mudam*. São Paulo: Vida Nova, 2016, p. 19.

<sup>67</sup> HIEBERG, 2016, p. 31.

<sup>68</sup> Alencar, 2013, p. 18.

pautada nos valores bíblicos tão enfatizados pela denominação. Se a atuação é no assistencialismo, que o faça de modo efetivo, até mesmo no ambiente da igreja. Eliezer de Lira e Silva, por exemplo, insistiu que o ambiente litúrgico deve ser regado com amor e acolhimento e não com preconceito e discriminação, quando ele escreveu na revista *Lições Bíblicas da CPAD*. Silva comentou que o texto bíblico do apóstolo Tiago afirmando que apenas uma palavra de incentivo não resolve o problema daqueles que precisam de alimento e ajuda para subsistência. Para ele, a oração não tem serventia alguma quando apenas oramos e não ajudamos aquele que precisa. “Se não houver obras de misericórdia, amor, honestidade e carinho ao próximo, a nossa fé estará morta, sepultada”.<sup>69</sup>

O pastor assembleiano brasileiro pode ser um agente de transformação social e não apenas um líder religioso que está envolvido com as questões litúrgicas da denominação. Como parte integral da sociedade e como líder de uma comunidade, tem à sua frente os desafios que seu cargo lhe impõe na luta pela justiça social, combate as mazelas sociais e na influência que poderá exercer sobre sua congregação em uma sociedade mais justa.

### Referências

- ALENCAR, Gedeon Freire de. *Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013.
- ARAÚJO, Isael. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2015.
- BERG, Daniel. *Enviado por Deus: Memórias de Daniel Berg*. 5. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1982.
- BITUN, Ricardo. *Os mochileiros da fé*. São Paulo: Editora Reflexão, 2011.
- CARVALHO, César Moisés. *Pentecostalismo e pós-modernidade*. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.
- CARVALHO, Osiel Lourenço de. *Pentecostalismo na Esfera Pública: uma análise a partir do jornal Mensageiro da Paz*. Joinville (SC): Editora Santorini, 2018.
- CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.
- GABY, Wagner Tadeu dos Santos. *Concepção escatológica dos cristãos*. Mensageiro da Paz: Os artigos que marcaram a história e a teologia do Movimento Pentecostal no Brasil (Volume 1, 2 e 3). Rio de Janeiro: CPAD, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A missão integral da igreja*. *Lições Bíblicas*. Rio de Janeiro, 3 Trimestre, 2011.
- HIEBERT, Paul G. *Transformando Cosmovisões: Uma análise antropológica de como as pessoas mudam*. São Paulo: Vida Nova, 2016.
- Jornal Mensageiro da Paz*. Rio de Janeiro: CPAD. Edição Especial 500 anos da Reforma Protestante. Ano 87, número 1589, out. de 2017.
- MARTY, Martin E. Reinhold Niebuhr: Public Theology and the American Experience. *The Journal of Religion*, The University Chicago Press, vol. 54, n. 4, p. 332-359, out. 1974.
- MATOS, Alderi Souza de. Breve história do Protestantismo no Brasil. *Revista de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas da Fama*, Goiânia (GO), vol. 3, n. 1, p. 1-26, 2011.

<sup>69</sup> Silva, Eliezer de Lira e. A busca do caráter cristão: aprendendo com homens e mulheres da Bíblia. *Lições Bíblicas*, Rio de Janeiro, 3º Trimestre 2007, p. 53.

- MILHOMEM, Valmir. Princípios bíblicos para o exercício do voto. *Jornal Mensageiro da Paz*, Rio de Janeiro, ano 86, n. 1576, set. 2016.
- NASCIMENTO, Valmir. *Entre a fé e a política*: Participação dos evangélicos no processo político-eleitoral: Reflexões sobre legitimidade, abuso de poder e ética cristã na esfera pública. Rio de Janeiro, CPAD, 2018.
- SINNER, Rudolf von. *The Churches and Democracy in Brazil: Towards a Public Theology Focused on Citizenship*. Eugene, Or.: Wipf & Stock, 2012.
- SINNER, Rudolf von. *Teologia pública num estado laico – ensaios e análises*. Coleção Teologia Pública, volume 7. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2018.
- SINNER, Rudolf von; Zeferino, Jefferson. *Teologia pública: História, fundamentos e perspectivas*. Curitiba: Intersaberes, 2024
- VANHOOZER, Kevin J. Strachan, Owen. *O pastor como teólogo público – recuperando uma visão perdida*. São Paulo: Vida Nova, 2016.
- VINGREN, Ivar. *O diário do pioneiro Gunnar Vingren*. Rio de Janeiro: CPAD, 2000.
- YUASSA, Key. Pentecostalismo Brasileiro. In: Fluck, Marlon Ronaldo. *História e Teologia do Cristianismo Brasileiro*. Curitiba (PR): Cia de Escritores, 2013.

Submetido em 26/11/2024

Aprovado em 18/06/2025